

“NÃO SEI COMO DEUS ME COLOCOU AQUI”

Foto/efeito: Mario Hashimoto

Michel Temer (PMDB-SP) é o primeiro presidente do Brasil a ser processado no cargo por corrupção passiva graças a uma gravação do dono da JBS, Joesley Batista em 7 de março. Na delação, segundo Rodrigo Janot, procurador-geral da República ao Supremo Tribunal Federal (STF), o ilegítimo usou o cargo para receber propina de R\$ 500 mil utilizando-se do ex-deputado Rodrigo Rocha Loures que foi flagrado pela Polícia Federal levando a mala com o dinheiro. Loures foi preso e logo solto pelo ministro Edson Fachin. Coisas da República das Bananas. Janot ainda vai apresentar mais duas denúncias (obstrução de justiça e organização criminosa) contra Temer que terá que “obter” pelo menos 171 deputados para barrar as investigações (segundo levantamento foi liberado somente em junho, 4,2 bilhões em emendas parlamentares, além de ofertas de cargos. As apostas estão abertas!



Parecendo mais um show de stand up, o ilegítimo Michel Temer, tentando se defender da acusação de corrupção passiva feita pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, foi motivo de piadas nas redes sociais assim que terminou o seu pronunciamento. *“Eu tenho orgulho de ser presidente. Convenhamos, é uma coisa extraordinária. Para mim, é algo tocante. É algo que não sei como Deus me colocou aqui”*, afirmou. Uma pesquisa realizada pelo instituto Paraná Pesquisas, Temer chegou a números negativos espetaculares: de cinco brasileiros, quatro desejam que ele vá preso. Foram entrevistadas 2.192 pessoas. Fato é que a população não aceita mais o governo usurpador que se sustenta através da chantagem e compra de deputados e senadores principalmente para aprovarem as reformas que afetam diretamente a classe trabalhadora.

“TEM QUE MANTER ISSO, VIU”



PAUTA

É hora de discutir a reforma do estatuto

Página 3

ARTIGO

Formação de militantes

Frei escreve: “O que forma militantes revolucionários para toda a vida é a articulação entre prática e teoria”.

Página 4

NO DIA DA GREVE

STF libera Aécio e solta Loures

Página 2



TÁ TUDO DOMINADO

No dia da Greve Geral, STF libera Aécio Neves ao Senado e solta Rodrigo Loures

Decisões do Supremo Tribunal marcam o Dia Nacional de Greve. A luta continua.

Cerca de 5 mil trabalhadores e trabalhadoras participaram do Dia Nacional de Greve realizado no dia 30 (fotos ao lado). Órgãos públicos, agências bancárias, escolas públicas e parte do transporte urbano disseram não às reformas trabalhista e da previdência, pediram a saída do ilegítimo Michel Temer e DIRETAS JÁ. Várias rodovias foram fechadas pelos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e atos aconteceram em diversas cidades do interior.

Em seu discurso, o presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto de Almeida, disse que o governo não tem representatividade e nem legitimidade para conduzir o país. “Este ato é para mostrar o posicionamento do povo brasileiro que pede eleições

gerais, pois este Congresso que aí está, tem cerca de 80% de parlamentares envolvidos em casos de corrupção e vamos exigir que estas reformas sejam arquivadas”.

Carlos Almeida também criticou o ministro do STF, Marco Aurélio Mello por que liberou o retorno de Aécio Neves (PSDB-MG) ao senado além de negar o pedido de prisão do mesmo. Na decisão, o ministro escreveu que o PSDB é um dos maiores partidos do Brasil e que Aécio tem uma “carreira política elogiável”.

E para fechar a sexta-feira nebulosa, o ministro Luiz Edson Fachin, também do STF, mandou soltar o ex-deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), aquele que foi filmado pela Polícia Federal carregando uma mala com R\$ 500 mil.

Fotos: Mário Hashimoto



NÃO VOTEM MAIS NESTES GOLPISTAS!



Nas eleições de 2018, não vamos nos esquecer destes traidores. Eles fazem parte da turma do ilegítimo Michel Temer e votam a favor das reformas Trabalhista e da Previdência que irão acabar de vez com os nossos direitos.

- 1 - José Medeiros (PSD)
- 2 - Cidinho Santos (PR)
- 3 - Wellington Fagundes (PR)
- 4 - Carlos Bezerra (PMDB)
- 5 - Ságuas Moraes (PT) ESSE NÃO

- 6 - Ezequiel Fonseca (PP)
- 7 - Valtenir Pereira (PSB)
- 8 - Nilson Leitão (PSDB)
- 9 - Victorio Galli (PSC)
- 10 - Fábio Garcia (PSB)

*Falta na lista o deputado federal Adilton Sachetti (PSB) que não votou a favor da reforma trabalhista por ter faltado à sessão por motivos pessoais, mas desde já sabemos que ele também é contra os trabalhadores. Acesse a nossa página no Facebook: www.facebook.com/sindsepmt

Expediente



Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poção. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT
 Telefone: (65) 3023-9338/3023-7000 - email: sindsepmt@gmail.com
 Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT
 E-mail: mhashi104@yahoo.com.br
 Editoração eletrônica: Oficina A-104

DIRETORIA EXECUTIVA TRIÊNIO 2016/2019

Presidente: Carlos Alberto de Almeida; **Vice Presidente:** Elias Belisário de Araújo; **1º Sec. Geral:** Damásio de Souza Pereira; **2º Sec. Geral:** Hobson Aparecido Correa; **1º Sec. de Finança:** Gildásio Ferreira Gomes; **2º Sec. de Finança:** Sebastião de Jesus; **1º Sec. de Administração:** Enildo Gomes; **2º Sec. de Administração:** Nelson Fortunato Ojeda; **1º Sec. de Ass. Jurídico:** João Bosco de Moraes; **2º Sec. de Ass. Jurídico:** Idivaldo B. De Oliveira; **1º Sec. de Formação e Política Sindical:** Maurício Alves Rattacaso Júnior; **2º Sec. de Formação e Política Sindical:** Lurdes Fernandes Rosa; **1º Sec. do Interior:** Benedito Assis da Silva; **2º Sec. do Interior:** Albir Alves de Brito; **1º Sec. de Imprensa e Comunicação:** Gilmar Campos Soeiro; **2º Sec. de Imprensa e Comunicação:** Celso Alfredo Simon; **1º Sec. Aposentados e Pensionistas:** Izael Santana da Silva; **2º Sec. Aposentados e Pensionistas:** Zelairdes Rodrigues Leite; **1º Sec. Saúde do Trabalhador:** João de Deus da Silva Filho; **2º Sec. Saúde do Trabalhador:** Deusdete Cabral; **1º Sec. Anistiados e Demitidos:** Joacira Santana Rodrigues de Almeida; **2º Sec. Anistiados e Demitidos:** Selmo Jacinto de Oliveira; **1º Sec. de Cultura:** José Olímpio da Silva Neto; **2º Sec. de Cultura:** Manoel Martins; **Suplentes de Direção:** Jardes Tomé dos Santos Pacheco; João Martins de Souza; Sérgio Balbino Ferreira; Evangelista Pereira Barros; João Galdino de Souza; Zita Antonia Gomes Silveira; **Conselho Fiscal:** Titular João Sebastião Alves Pereira; Conselho Fiscal: Titular Benedita Vandineia de Oliveira; Conselho Fiscal: Titular Edmilson Lourenço Máximo; Conselho Fiscal: Suplente Geovano Santos Moreira; Conselho Fiscal: Suplente Ademir Viana dos Santos; Conselho Fiscal: Suplente Clarisse Maria Sala

Foto: Kamila Schleich



Reunião do sistema diretivo contou com grande participação para debater assuntos dos associados

PAUTA

É hora de debater a reforma do estatuto

Também na pauta, a atual conjuntura política do país, negociações coletivas e PED

Ocorreu no dia 9 de junho, na sede da CUT-MT, uma reunião ordinária com os membros que compõe o sistema diretivo do Sindsep-MT para discutir e deliberar várias pautas. Na ocasião foi convidado o presidente da CUT, João Luiz Dourado, que em sua análise da atual conjuntura do país afirmou que “é preciso continuar a resistência e a unidade da classe trabalhadora aos ataques dos golpistas e que apesar de não haver consenso entre algumas Centrais é preciso avançar com o “Fora Temer” e “Diretas Já” e a necessidade de uma Constituinte para romper com esse sistema político”.

O presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto de Almeida, por sua vez destacou a questão do Projeto de Emenda à Constituição relativa à Previdência, pontuando algumas questões específicas da PEC além de destacar o processo de negociação coletiva dos funcionários da Conab e Ebserh, duas empresas públicas representadas pela entidade. Outro ponto da pauta foi referente a apreciação da prestação de contas relativas aos meses de janeiro a abril deste ano e que foram aprovadas sem ressalvas seguindo orientação do Conselho Fiscal.

A advogada Adriane dos Anjos, do setor jurídico do sindicato fez uma explanação dos andamentos dos processos como os RPVs da ação coletiva da Funasa em relação ao adicional da insalubridade que foram expedidos, aguardando apenas a ordem de pagamento pelo Tribunal da 1ª Região; a ação de indenização de campo está em fase de execução em que se discute tão somente os valores devidos; orientação acerca de ações trabalhistas contra a Funasa requerendo o recolhimento do FGTS da época em que eram servidores da Sucam por advogados que não participam do movimento sindical e que podem trazer prejuízos aos servidores vez que com o recolhimento do FGTS, os servidores perderão a carreira no serviço pú-

blico passando para o regime celetista; com relação a situação vivenciada pelos trabalhadores da Ebserh que exercem duplo vínculo: Adriane disse que em um primeiro momento ganhamos as ações para garantir o exercício do vínculo celetista cumulativamente com o estatutário, mas a UFMT está notificando os trabalhadores para regularizar a situação passando a ser de competência da Justiça Federal.

Em um novo ponto da pauta, o presidente do Sindsep-MT apresentou as razões da necessidade de abertura de um Processo Administrativo Disciplinar (PED) em desfavor dos senhores Jorge Frederico Cardoso, Sebastião Marques de Souza Filho e Benedito Martins de Oliveira, em razão da representação administrativa protocolada por eles junto à Funasa-MT, onde foi pedida abertura de processo contra os senhores Carlos Alberto de Almeida, Raul Dias de Moura e Ídio Nemézio de Barros Neto. Segundo Carlos, não foi medida as consequências dessa atitude irresponsável e que poderia culminar com demissões dos servidores e consequentemente prejuízos para suas famílias. Após a explanação e discussão com os diretores presentes, foi aprovado por unanimidade a abertura de PAD. A comissão processante será a mesma eleita no 11º Consindsep.

Congresso Estatutário - O último ponto da pauta foi referente à deliberação do XI Consindsep realizado entre os dias 15 a 19/11/2016, que decidiu pela retirada da pauta a reforma do estatuto em face da necessidade de um amplo debate e que a mesma deveria ser discutida no próximo Congresso Estatutário a ser realizado no segundo semestre de 2018. Após discussões, foi aprovado que a data limite para apresentação das propostas será imprevisivelmente até às 16 horas do dia 31/01/2018, devendo ser encaminhadas por escrito ou por e-mail e que em ambos os casos deverão ser confirmadas seus protocolos.



Blairo Maggi quer contratar temporários para fiscalizar frigoríficos

O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, quer contratar de forma temporária médicos veterinários para reforçar a inspeção nos frigoríficos do país. Ele esteve reunido no dia 29/6 para discutir o assunto no Ministério do Planejamento.

“A medida visa contemporizar o problema criado pela necessidade de contratar auditores fiscais, até que seja realizado concurso público para aumentar o quadro dessa categoria de profissionais”, informa o Ministério, em nota.

Ainda segundo o comunicado, Maggi avalia que a falta de profissionais de fiscalização atrapalha iniciativas de abertura de mercado para a carne do Brasil. Segundo ele, a situação impede a abertura de plantas industriais, atrasando o aumento da produção nacional.

Também em nota, o Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical) disse repudiar a iniciativa do governo federal. De acordo com a entidade, a fiscalização é uma “atividade típica de Estado” e deve ser realizada por servidores de carreira.

“A contratação de fiscais pagos com recursos das indústrias agropecuárias põe sob suspeição a isenção do trabalho realizado, considerando que algumas medidas da fiscalização geram prejuízo ao segmento”, diz a entidade, na nota.

Sindicatos e magistrados apoiam projeto de negociação coletiva

Representantes de entidades sindicais e da Justiça do Trabalho apoiaram no dia 27 último, a aprovação pela Câmara dos Deputados do projeto de lei do Senado que regulamenta a negociação coletiva na administração pública (PL 3831/15). O projeto está na pauta da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Pela proposta, servidores e empregados públicos poderão, por meio de negociação coletiva mediada por sindicatos, tratar com representantes do Estado de questões relativas a planos de carreira, remuneração, condições de trabalho, aposentadoria, planos de saúde, política de recursos humanos, entre outros assuntos.

A vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Noêmia Porto (foto), defendeu a aprovação do projeto sem ressalvas. Para ela, poucas vezes se viu um projeto tão bem articulado e que vem em tão boa hora.

“A tese da Anamatra é que a negociação coletiva é um conteúdo essencial da liberdade sindical dos servidores públicos civis e isso tem uma matriz constitucional muito clara”, sustentou Noêmia Porto. (Com assessoria)



Efeito Temer: Setor bancário reduziu 9.621 postos em 2017

Os bancos fecharam 9.621 postos de trabalho no país entre janeiro e maio de 2017, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), aponta análise do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

“Ao analisarmos os dados do Caged, podemos ver que o segmento das instituições financeiras é um dos que mais demitem no Brasil. Os balanços dos bancos mostram que eles são os que mais lucram em nosso país. Pior do que isso, apenas com o que arrecadam com cobranças de tarifas de serviços prestados aos clientes, sem contar os ganhos com as demais operações financeiras, altamente lucrativas, daria para pagar todas despesas com os quadros de funcionários e ainda sobraria muito dinheiro. Eles não têm motivo para continuar com essa onda de demissões”, disse Roberto von der Osten, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT). (Com assessoria)

FRASE

“ Se não houver um forte abalo social no país, não sairemos desta situação jamais. Ela continuará *ad infinitum*. Por isso, o papel do sindicato é fundamental nisso tudo, pois tem o contato direto com o trabalhador, que pertence à categoria dos pobres ”

Mino Carta, jornalista, falando sobre a atual conjuntura política do país

